

**PARQUE ESTADUAL PEDRA DA BOCA, ARARUNA/PB:
UMA PERSPECTIVA DE CONCILIAÇÃO ENTRE O PATRIMÔNIO NATURAL E O HOMEM**

Juciane Patrício da Silva
Graduação em Licenciatura Plena em
História/UEPB

ane.jps@hotmail.com.br
**Prof. Genes
Duarte**

Orientador/UEPB

RESUMO

Este artigo é parte da pesquisa para elaboração monográfica do curso de História – UEPB. Nele discutiremos vários aspectos dos usos e abusos em relação aos que freqüentam o Parque Estadual Pedra da Boca, localizado no município de Araruna – PB. Para tanto, realizamos um apanhado histórico do lugar, bem como sua referência para prática de atividades diversas (turísticas, ecológicas e religiosas), sobretudo os riscos de destruição e os desafios para sua preservação.

Palavras-chave: Patrimônio; Parque Estadual Pedra da Boca; preservação.

De acordo com Funari e Pelegrini (1), Patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que se referia, entre os antigos romanos, a tudo o que pertencia ao pai, pater ou pater famílias, pai de família, era tudo que podia ser legado por testamento, sem excetuar, portanto, as próprias pessoas. Quando relacionado ao âmbito privado ligava-se aos interesses aristocráticos, agregando-se logo depois ao setor religioso, exaltando os valores materiais e espirituais, caracterizando a partir desses legados, os templos, catedrais, o que acabara constituindo um patrimônio coletivo, no entanto, aristocrático. Segundo os autores referidos, com o Renascimento, os homens lutam pelos valores humanos e combatem o Teocentrismo, preocupam-se em catalogar e coletar tudo que viesse dos antigos, desta maneira origina-se o Antiquariado. Mas, além dessas suposições que perpassam a derivação do patrimônio, apropriam-se do termo os novos estados nacionais, a Itália em pleno século XIX, com a invenção de uma cultura nacional, a formação de um povo, com uma única língua, origem e território. Para eles, destaca-se ainda a criação da comissão encarregada da preservação dos monumentos nacionais da França, durante a Revolução Francesa. Ficava-se desta maneira entendido como Patrimônio, um bem material, concreto, um monumento, um edifício, assim como objetos de alto valor material e simbólico para a nação, em seguida usufrui do termo, o excepcional, o belo, o exemplar, o que representa a

nacionalidade. Por fim, criam-se serviços de proteção ao patrimônio, formando uma administração patrimonial. Mas, o que impulsionou ainda mais a valorização do patrimônio nacional foi a eclosão das duas guerras, no período que vai de 1914 a 1945, assim como os movimentos em defesa do meio ambiente para a ampliação da noção de patrimônio, para que incluísse não apenas a cultura, mas também a natureza.

Nesse sentido, o professor francês Hugues de Varine-Boham, citado por Lemos (2) trata a problemática do Patrimônio Cultural de modo bastante abrangente, classificando-o em três grandes categorias de elementos. Em primeiro lugar arrola os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente, o segundo grupo refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber fazer e por último os bens culturais, os artefatos obtidos a partir da integração dos grupos anteriormente citados. Subdividido como: Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial e Patrimônio Natural.

Essas novas definições levaram a ampliação do conceito de patrimônio, bem como a salvaguarda destes foi assunto discutido em âmbito internacional. Devemos observar que o meio ambiente não constitui apenas um conjunto paisagístico, composto por árvores, montanhas e riachos, mas, também estabelece o espaço da apropriação humana. A participação de órgãos internacionais, como a ONU e a UNESCO (3) tiveram uma significativa relevância no reconhecimento dos patrimônios, este último registrou durante a primeira conferência acerca do patrimônio mundial, cultural e natural, em 1972, o que poderia compor um patrimônio da humanidade:

- Monumentos: obras arquitetônicas, esculturas, pinturas, vestígios arqueológicos, inscrições, cavernas;
- Conjuntos: grupos de construções;
- Sítios: obras humanas e naturais de valor histórico, estético, etnológico ou científico;
- Monumentos naturais: formações físicas e biológicas;
- Formações geológicas ou fisiográficas: habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção;
- Sítios naturais: áreas de valor científico ou de beleza natural.

Complementando essa preocupação esboçada pela UNESCO, a Constituição Brasileira de 1988 estabeleceu o seguinte conceito de Patrimônio cultural:

Constituem Patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomando individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – Formas de expressão; II – Os modos de criar, fazer e viver; III – As criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico... (4)

A ampliação do conceito de patrimônio presente no artigo 216 da Constituição federal Brasileira, foi um impulso para criação de novos mecanismos que promovessem a preservação dos bens patrimoniais em larga escala, assim aconteceu com a implementação do decreto nº 3.551/2000 (5), sugerindo o registro dos bens culturais de natureza imaterial, assim como as novas medidas adotada pelo Iphan e a criação dos Livros de Registro específicos para cada tipo de patrimônio: Livro dos Saberes, das Formas de Expressão, das Celebrações e dos Lugares, Assim, pode-se perceber que a preocupação com o reconhecimento do patrimônio tem alavancado a cautela de vários órgãos institucionais em meio ao processo de contínuas transformações advindas de uma modernização escassa de práticas preservacionistas. Nesse contexto procuramos analisar as possibilidades de conservação e preservação ambiental, indagando-se sobre as medidas a serem tomadas em defesa dos bens culturais e a maneira que o homem está se comportando em relação à utilização do patrimônio e ao valor atribuído na vida social da região, tendo por base a reconstrução histórica através da implantação de um novo padrão de comportamento.

O Patrimônio Natural

Segundo as definições de Zanirato e Ribeiro (6), Patrimônio Natural trata-se de uma área natural portadora de características singulares que registram eventos do passado e a ocorrência de espécies endêmicas. Nesse caso a sua manutenção é relevante por permitir o reconhecimento da história natural e, também, para que se possam analisar as conseqüências que o estilo de vida hegemônico pode causar na dinâmica natural do planeta. Uma área natural protegida é um laboratório de pesquisa que possibilita estudar reações da dinâmica da natureza em si. Além disso, a singularidade que faz a área merecer sua elevação à condição de patrimônio pode apresentar beleza cênica, ou, ainda, ser fundamental para o desenvolvimento de processos naturais. Sendo assim, os autores nos atentam para uma possível classificação acerca do patrimônio, de forma que prevalece a preocupação com a sua manutenção, diante do entendimento de sua respectiva significância para o meio ambiente. Essa cautela converte-se em medidas preservacionistas, como é o caso dos parques naturais.

No que se refere à criação dos parques no Brasil, temos:

O primeiro parque nacional criado foi Yellowstone, em 1872, nos Estados Unidos, sendo exemplo seguido pelos mais diversos países. Consiste na delimitação de uma área, considerada possuidora de paisagens espetaculares, refúgios de vida selvagem, áreas de pesquisa científica e, certamente, de lazer e fruição estética para quem a visita. Mas, principalmente, o estabelecimento de um parque exige a retirada da presença humana (leia-se moradores), com o objetivo de preservar aquele ambiente da exploração dos seus recursos. No Brasil, os primeiros parques foram criados no Estado Novo, por Getúlio Vargas. Itatiaia – na fronteira entre Rio e Minas Gerais – foi o pioneiro, em 1937. (7).

A respeito do funcionamento dos parques, uma das questões que chamam a atenção é a desapropriação do território, pois retiram os moradores, mas em contradição inserem cientistas e visitantes, atribuindo as populações tradicionais a incapacidade de adaptar suas relações com a natureza. Para Duarte (8), seria uma forma de recusar a essas pessoas a mudança e a possibilidade de escolha, criando obstáculos para que elas possam construir sua própria história. Nessa complexidade, onde envolvem os poderes públicos, as comunidades locais, um mundo capitalista e globalizado, que prega o desenvolvimento sustentável e programas preservacionistas, vale salientar e atentar para a combinação entre o uso e a conservação dos bens naturais, de maneira igualitária, sem acepção de pessoas, no que diz respeito ao acesso indiscriminado do patrimônio.

Feitas as considerações conceituais e as primeiras reflexões, é possível extrair a conclusão que qualquer definição que nos surja de patrimônio, nos remete a um fator comum, o de patrimônio humano, ou seja, tudo o que o homem, possa produzir. Assim como, a formação da diversidade, humana e ambiental.

Aspectos Culturais e Históricos

O parque Estadual Pedra da Boca, está localizado no Município de Araruna - PB. Este município tem sua história iniciada por volta de 1700, quando sua doação a Antônio Freire. Período em que era habitado por índios da nação Cariris, como os Paiacus, Janduís e Carcarás, bem como, fazendeiros do Rio Grande do Norte, dedicados a criação de bovino e agricultura.

O nome Araruna tem origem na língua indígena Tupi, significando Arara Preta (ARARAUMA), umas Araras Azuis, que vistas de longe e em abundância, pareciam pretas aos olhos dos observadores. Os moradores da Freguesia de Araruna, por volta de 1870, começaram a sentir as dificuldades que existiam quando precisavam contactar as autoridades para resolver os problemas locais, a distância que os separavam de Bananeiras, a cuja jurisdição estavam ligados, sendo o maior obstáculo. Assim, a 07 de outubro de 1871, proprietários e pessoas influentes da região subscreveram um documento, no qual faziam apelo ao Presidente da Província, no sentido de criar uma vila naquela freguesia. Depois de longas negociações, o deputado Pedro Buriti apresentou um projeto de Lei criando o termo. Finalmente, a 10 de julho de 1876, o Barão de Mamanguape sancionou a Lei 616, criando o município. A antiga vila, e atual município de Araruna, dispõem em suas formas de relevo duas serras: Araruna e Confusão. Estas vão servir de bases para os processos erosivos formadores das diversas simbologias existentes no Parque Estadual Pedra da Boca. Mudanças na infra-estrutura de Araruna começaram a partir da primeira década do século XX, quando foi inaugurada a iluminação pública por lampiões de gás, ganhou a construção de um mercado central – maior

obra pública até então realizada – e também chegou o telégrafo. Todos de muita importância política e social à cidade.

Já em 1908, Araruna contava com o Grêmio Dramático Ararunense e também o Grêmio Literário “Álvaro Machado” – responsáveis pela chegada e sucesso do teatro na cidade – e o jornal “A Vila”, que teve vida de três anos. Araruna crescia, definiam-se ruas; Epitácio Pessoa, Solon de Lucena, Rio Branco. A cidade despertava, chegava à prosperidade, vinham bons tempos. As casas do tipo sobrado, com duas janelas, dispostas no alto da fachada, caracterizam a urbanização de Araruna.

No que se refere à economia, o clima, a geografia, a terra, ararunense propiciou uma grande capacidade agrícola: o algodão, o fumo, a mandioca, o café, o feijão, faziam parte da cultura daquele povo de mesa farta por ter privilégio de cultivar tantas maravilhas no seu solo.

Aos sábados havia a feira livre, que acontecia ao redor do Mercado, no centro da cidade, espalhando-se pelas ruas vizinhas. Esse era um dia de festa em Araruna. Considerando que era o acontecimento mais importante da cidade, a feira atraía feirantes de toda a redondeza, inclusive do estado vizinho, o Rio Grande do Norte.

Na madrugada começavam a arrumação das bancas e calçadas nos quais eram arrumados os apetrechos para serem negociados com os fregueses que chegavam com os primeiros raios de sol. A grande maioria deles vinha da zona rural, trazendo também artigos para comercialização.

As festas públicas de Araruna começaram a ser comemoradas em espaço público após a primeira década do século XX. Ao redor do mercado público eram erguidos barracas com comidas e bebidas. Geralmente essas barracas eram montadas antes do Natal, chegando até o Ano Novo. Dizem que a festa só acabava com o nascer do outro dia. A Festa da Padroeira também era bastante festejada -08 de dezembro- chegando ao ciclo de 10 dias de animação profana e eclesiástica.

A arborização também esteve presente nos primórdios de Araruna, por volta de 1921, o então prefeito José Targino, pinta o Mercado Livre e obriga os proprietários das casas ao redor do Mercado a fazerem a mesma coisa pelo menos na frente das casas. A idéia da arborização vem em seguida com a plantação de várias árvores nas principais ruas da cidade.

No ano de 1926, a energia a motor chega a Araruna, trazendo alegria, festejos e progresso. Por quase quarenta anos Araruna assistia a mesma coisa: às seis horas acendiam-se as luzes, as dez e meio era dado o primeiro sinal – todos corriam para casa – as onze apagavam-se de vez. Até que em 1965, foi instalada a energia de Paulo Afonso.

Em 1937, é construída a primeira Praça de Araruna, denominada Praça Getúlio Vargas. Tornou-se ponto de referência à juventude; bancos, jardins, lá as pessoas se encontravam, saíam para bate-papos, passeios, flertes. Em 1938, foi construída a Praça João Pessoa, a qual atualmente é a praça principal da cidade.

A década de 1950 trouxe consigo a modernização de lojas, bodegas, mercearias, cidade urbanizada, comercial, havia até alugueis de bicicletas (coisas de interior modernizado). Os anos seguintes trouxeram a padaria, alfaiataria, lojas de tecidos, farmácias, cinema, além de bares e casas de jogos.

O município além de possuir uma variedade atrativa em termos patrimoniais, o seu conjunto arquitetônico, no centro da cidade, formado pelos casarios e igrejas antigas do início do século XX, feira com produtos remanescente da cultura indígena e dos sertanejos que outrora ocuparam o lugar, detém um extenso Patrimônio Natural.

No caso da Pedra da Boca, o seu monumento natural mais expressivo, ganhou mais destaque em idos de 1993. A visitação massiva se efetivou a partir de 1995, com as práticas extensionistas, dos alunos da Faculdade UNIPÊ e a comunidade. Desde então, o lugar veio tomando notoriedade, e se tornando cada dia mais conhecido, divulgado e freqüentado.

Reconhecido como Parque Estadual pelo Decreto Estadual nº 20.339 de 07 de fevereiro de 2000, publicado no Diário Oficial da União. Com uma área total de 157,26 hectares de terreno totalmente irregular em sua topografia e limites demarcatórios. (9)

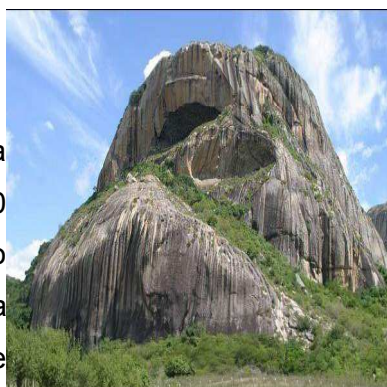


Figura 01: Pedra da Boca
Foto: Cavalcante, 2005.

O Parque Estadual da Pedra da altimétrica abaixo dos 400 quente que as demais áreas do denominação Pedra da Boca imensa cavidade natural, que

Possui uma vegetação mais característica de floresta estacional semidecidual, em meio à caatinga, possui em algumas partes elevadas, ou topos dos morros, matas densas e úmidas características de caatinga serrana. Reside uma pequena comunidade atualmente, no seu entorno, contam-se em média dezoito famílias, e nas antigas fazendas Cabaceiras e Coqueiral que fazem limite com o parque assentou-se mais trinta e cinco famílias. Toda a terra em volta do parque está atualmente dividida entre um número mínimo de proprietários. No tocante as instalações internas do Parque, o que se pode discutir de concreto é a existência de uma casa de morador, dentro da área protegida.

A questão da desapropriação foi uma das questões mais discutidas na criação dessa área de preservação, pois ao delimitarem a dimensão do patrimônio exerceram uma forte pressão sob os moradores, através do autoritarismo conseguiram retirar as populações ditas tradicionais do seu meio, instituindo assim uma contradição em relação à ênfase atribuída ao envolvimento com a comunidade.

Boca está situado em uma cota metros, possuindo um clima mais município a qual pertence. A advém da existência de uma se assemelha a uma boca humana.

Nas proximidades da Pedra da Boca localizam-se também outras formações rochosas, que em sua maioria servem para demarcar as trilhas e para a prática de esportes de aventuras. É o caso da Pedra da Caveira, detentora de um perfil semelhante um crânio; a Pedra do Letreiro e a Pedra do Forno, onde conservam-se resquícios de um forno indígena e ambas registram abrigos com pinturas rupestres, entre outras que compõem o complexo do parque e ladeiam-se por árvores frutíferas e plantas endêmicas, além do Rio Calabouço que corre nas suas proximidades, separando os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba.

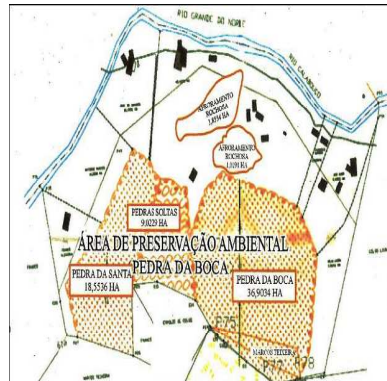


Figura 02: Mapa do Parque Estadual Pedra da Boca
Foto: Cavalcante, 2005.

Um Santuário também faz parte das dependências do parque, estando sob comodato da Arquidiocese de Guarabira, trata-se de um espaço em forma de arena grega, encontra-se em fase de conclusão e atualmente a construção desta obra esta paralisada, mesmo assim tem sido palco de celebrações mensais.

Atividades Desenvolvidas no Parque Estadual Pedra da Boca /Araruna-Pb

No intuito de compreender o palco das encenações dos usos e abusos do Parque Estadual Pedra da boca, classificamos os tipos de atividades desencadeadas a partir da potencialidade do local e do perfil de freqüentadores. Nesse sentido fica claro perceber os riscos que podem ser desencadeados pela utilização errônea do patrimônio. Entre as mais variadas opções, existem desde os níveis mais fáceis até os mais difíceis, tais como distribuimos:

Esportes de Aventura – atividades procuradas e praticadas por desportistas e aventureiros que, em grupos ou duplas, desenvolvem os mais variados tipos potencialmente possíveis na área do parque, como escalada, rapel, trilhas, mountain-bike, corrida orientada e de aventura.

Turismo Científico – praticado por pesquisadores das mais diversas instituições, objetivando desbravar a fauna e a flora local.

Turismo Escolar – alunos dos mais variados graus e instituições, que fazem do parque um laboratório vivo para a prática acadêmica, bem como para momentos de lazer.

Turismo Religioso – praticado por romeiros e devotos, visitam o santuário de Fátima existente no Parque.

Turismo Contemplativo – contentam-se em apenas vislumbrar e fotografar a paisagem.

Considerando a possível conciliação do patrimônio com o homem, pode-se observar diante das atividades desenvolvidas na área de preservação, a reconstrução identitária de um local a partir das práticas adotadas pela sociedade.

A Utilização do Patrimônio Natural

A transformação do Patrimônio em produto de consumo é uma tarefa delicada e difícil de lidar, sendo fundamental a sua preservação e conservação, decorrentes de um correto usufruto, faz-se fundamental a atuação de apoio especializado. Uma das primeiras ações no que diz respeito à conservação do patrimônio monumental e ambiental no mundo foi a Carta de Veneza, elaborada em 1964 por profissionais ligados à restauração de monumentos. Nessa carta, entre pressupostos elaborados, destacamos o seguinte: “o monumento é exposto como algo inseparável do meio onde se encontra situado e, bem assim, da história da qual é testemunho”. Já no Brasil em 1970 criou-se o “Compromisso de Brasília”, outro documento que mediava os critérios arrolados ao Patrimônio, desta vez em esfera nacional, onde citava a importância da criação de órgãos estaduais e municipais. Este interesse foi significativo no que se refere a preservação e divulgação dos patrimônios, entretanto, essa atuação acontece a passos lentos e ligados cada vez mais a interesses econômicos e políticos.

O desenvolvimento sustentável tem sido uma das propostas mais abordadas em relação a salvaguarda do patrimônio, incentivado pela capacidade de movimentar a economia e ao mesmo tempo preservar para gerações futuras. No decorrer dos últimos anos presenciamos um intenso incentivo a implementação de projetos sociais voltados para a conservação e preservação dos bens culturais. A perspectiva de integração das políticas públicas e as atividades turísticas tem gerado significativos resultados na busca da sustentabilidade.

No tocante ao Patrimônio Cultural Natural, procuramos salientar a sua importância para a sociedade atual, em meio à obsessão do consumismo e da busca do desenvolvimento sustentável. A discussão sobre o uso deste patrimônio pelo homem é bastante complexa, levando em conta os interesses que o rodeiam. Conhecer a história do espaço que está inserido nos possibilita a compreensão da relação estabelecida com a sociedade. Integrar o patrimônio a dinâmica do espaço geográfico que compõe tem sido um dos pressupostos para garantir a sua existência, assim as políticas preservacionistas do nosso país tem apostado no envolvimento das comunidades em ações participativas e integradas com os poderes públicos e privados.

Por certo, a implementação de políticas patrimoniais deve partir dos anseios da comunidade e ser norteada pela delimitação democrática dos bens reconhecidos como merecedores de preservação. Mas a seleção dos bens a serem tombados precisa estar

Ao partir dessa ideologia participativa da comunidade e dos poderes públicos, procuramos analisar de fato a real contribuição e colaboração dos envolvidos com o processo de reconhecimento, preservação e utilização do lugar a ser estudado. Nesse sentido, é que citamos as características da região, lugar e paisagem, para que os entendimentos de suas singularidades nos proporcionem a compreensão acerca do patrimônio natural abordado.

Sabendo das diversas maneiras de apropriar-se da natureza como um patrimônio utilizado, destacamos as atividades praticadas no Parque Estadual Pedra da Boca, no intuito de confluir com a importância da preservação do patrimônio e a possibilidade de relacionar o homem ao meio. Para tanto, relacionar a visão utilitarista pregada pelos anseios do mundo capitalista, agregando no modelo de preservação à adaptação as atividades oriundas do homem moderno.

A criação dos parques foi uma das medidas para instigar a preservação ambiental em sintonia com a implantação de leis voltadas para a defesa patrimonial e com as políticas internacionais de proteção. Mas na verdade, o desafio perante uma sociedade em constante desenvolvimento humano em meio a escassez de recursos vem agravando a temerária destruição ambiental.

Como se pode depreender, o regimento de uma área destinada a preservação requer um acompanhamento contínuo e especializado para o desenvolvimento de atividades que colocam em risco a sua manutenção, sobretudo, no que se refere a educação patrimonial e ambiental. Portanto podemos observar que a conscientização é um dos fatores primordiais a ser instigado nesse empreendimento natural e humano.

No parque Estadual Pedra da Boca o desenvolvimento das atividades turísticas tem atribuído uma característica essencialmente comercial ao patrimônio, esse perfil tem sido motivo de preocupações entre algumas instituições públicas, o SEBRAE e a SUDEMA, por exemplo, tem promovido nesses últimos anos cursos relacionado ao desenvolvimento dessa atividade e a promoção da educação ambiental. Mas, apesar dessa articulação, a infra-estrutura e o apoio especializado do parque não têm acompanhado as necessidades do setor turístico. Tal preocupação acerca desse problema nos remete a uma reflexão dos impactos causados pela carência dos recursos necessários para se colocar em vigor a dita atividade sustentável. Pensar no desenvolvimento do turismo nessa área é pensar na história a partir de eventos presentes, ao mesmo tempo utilizando-se do passado e voltando-se para uma questão futura. Falar dos problemas que hoje assolam a área, como a falta de sensibilidade, a devastação, a depredação ou degradação das nossas riquezas, é ter a consciência do que está acontecendo e do que pode ser feito. Assim nos declara a nossa constituição, no seu artigo 225 que engloba os direitos ambientais, os quais temos direito de usufruir, bem como, lutar por sua sadia qualidade.

Considerações Finais

Considerando as relações entre os homens indissociáveis das relações com a natureza, verificamos a possibilidade da manutenção de um patrimônio natural ao mesmo tempo em que este poderá ser útil para a sociedade. As características do Parque Estadual da Pedra da Boca, como se pode perceber em todos os enfoques desse texto, possibilitam a constatação da existência de um valor monumental arquitetado pela natureza, que traduz o valor identitário do local.

Este artigo pode contribuir com os trabalhos de valorização e reconhecimento dos patrimônios, assim como nos mostra quem são de fato os interessados por sua preservação. Sobretudo, visa uma profunda reflexão acerca da integração entre o homem e os seus valores sociais arrolados em determinado bem cultural.

Predomina nesse trabalho uma visão utilitarista do patrimônio, de maneira que se promovam políticas conservacionistas e preservacionistas do local explorado, ao mesmo tempo reconhece a importância da atuação pública e os riscos que a falta de conscientização ambiental pode trazer. Por fim, que as abordagens contidas nesse trabalho sirvam de base para a promoção da conscientização do homem em relação ao valor patrimonial atribuído aos monumentos por ele ou pela natureza produzido. Salientamos ainda, a importância da historicidade que de forma alguma poderá deixar de acompanhar esse processo de utilização e preservação patrimonial, enfatizando a periodicidade dos acontecimentos, relacionando-os ao processo de construção histórica.

Notas

1 FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.p.11.

2 LEMOS, Carlos A. C. O que é Patrimônio Histórico.2 ed.São Paulo:Brasiliense,2000.p.8.

3 FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.p.11.

4 BRASIL, Constituição de 1988 da República Federativa do Brasil.Fortaleza:Banco do Nordeste do Brasil, 1988.p.139-140.

5 FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.p.54-55.

6 ZANIRATO, Silvia Helena;RIBEIRO,Wagner Costa.**Patrimônio Cultural:a percepção da natureza como um bem não renovável**.Revista Brasileira de História,vol.26,nº51,2006.p.255-256.

7 **DUARTE**, Regina Horta. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.p.45.

8 idem.

9 FERREIRA, Rogério dos Santos. Intérprete da Natureza. Reflexão, técnica e ação. João Pessoa: SUDEMA, 2005.

10 FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.p.59.